



# A nova centralidade de Campos dos Goytacazes: o velho e o novo no contexto regional

Rosélia Piquet,\* Gustavo Henrique Naves Givisiez\*\*  
e Elzira Lúcia de Oliveira\*\*\*

---

**Resumo** — O objetivo neste artigo é refletir sobre o significado dos serviços educacionais de nível superior em Campos dos Goytacazes em suas interações com setores da economia. Tomam-se como bases empíricas deste estudo duas pesquisas primárias inéditas e fontes de dados secundárias. Os serviços educacionais têm conferido prestígio social à cidade, embora seu papel econômico tenha sido pouco percebido e analisado e que o município seja o maior pólo de educação superior do interior do Estado do Rio de Janeiro. É certo que os recursos do petróleo, adicionados à economia do Norte Fluminense na forma de *royalties*, têm seus impactos no financiamento de serviços educacionais e de outros setores da economia. Entretanto, as especificidades dessa nova atividade econômica sugerem a constante atenção ao planejamento de médio e longo prazos nas cidades da região.

**Palavras-chave:** educação; petróleo; pólo educacional; Campos dos Goytacazes; Norte Fluminense; Rio de Janeiro.

---

## Introdução

Ao longo do século XX uma sólida estrutura educacional e de formação profissional é constituída na região Norte Fluminense, centrada na cidade de Campos dos Goytacazes. Entretanto, os serviços educacionais são, até o presente,

vistos como conferindo apenas prestígio social à cidade. Seu papel econômico é pouco percebido e pouco analisado, embora a cidade seja na atualidade o maior pólo de educação superior do interior do Estado do Rio de Janeiro. Como o setor educacional polariza a demanda não apenas das cidades próximas como também

---

\* Doutora em Economia, Professora Titular da UFRJ e Coordenadora do Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades da UCAM-Campos. E-mail: ropiquet@terra.com.br.

\*\* Doutor em Demografia pela UFMG e Professor do Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades da UCAM-Campos. E-mail: ghnaves@terra.com.br.

\*\*\* Doutora em Demografia pela UFMG e Professora do Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades da UCAM-Campos. E-mail: elziralucia@terra.com.br.



do sul do Espírito Santo, dos municípios fronteiros de Minas Gerais, atingindo até o sul da Bahia, a atividade exerce um efeito multiplicador em outros setores da economia local tais como alojamento, alimentação, além de serviços médicos e odontológicos.

O objetivo do texto é então analisar o papel que os serviços educacionais de nível superior desempenham na economia da cidade. Essa análise toma como base dados de duas pesquisas primárias inéditas, ambas realizadas nos meses de outubro e novembro de 2005: a primeira realizada pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan)/Seção Norte sobre a estrutura educacional do município e a segunda realizada pelos autores junto a estudantes universitários não-residentes em Campos dos Goytacazes, que teve como objetivo levantar os efeitos multiplicadores na economia municipal de sua presença na cidade. Adicionalmente, informações coletadas dos Microdados do Censo Demográfico de 2000 (IBGE, 2003) e do Cadastro Nacional de Instituições de Ensino Superior (Inep, 2006) enriquecem as informações empíricas deste trabalho.

O texto encontra-se estruturado em três partes, além desta Introdução. Na primeira, são resgatadas, embora a largos traços, as principais mudanças econômicas ocorridas na região nos últimos trinta anos. Na segunda, são apresentados os dados levantados nas pesquisas referidas. E na terceira, que conclui o texto, é discutida a estrutura educacional na atual etapa do processo de desenvolvimento regional.

## 1. As mudanças econômicas

O Norte Fluminense, espaço regional de secular base primário-exportadora definido pela agroindústria açucareira, desde os anos 1970 até início dos anos 1990 é tratado como “região-problema”, uma vez que sua economia apresentava-se estagnada, com alto grau de desemprego sazonal que se fazia acompanhar por um processo de deslocamento do trabalhador rural para a periferia das cidades da região.

Entretanto, a história regional desde o século XIX sempre foi marcada pela riqueza advinda do setor açucareiro e, durante as três primeiras décadas do século XX, o Estado do Rio de Janeiro ocupou a segunda posição dentre os maiores produtores de açúcar do Brasil, com Pernambuco em primeiro lugar. O desenvolvimento regional era então polarizado pelo município de Campos, que poderia ser identificado como “Norte Fluminense”, dada sua extensão territorial e seu poder econômico.

Nesse mesmo período, Macaé, a segunda cidade em importância, perde a condição de principal porto de exportação dos produtos agrícolas regionais para o Rio de Janeiro em decorrência da construção da ferrovia que passa a ligar a região a Niterói. A partir de então mergulha em uma longa fase de decadência, embora o interior do município contasse com as usinas de Quissamã e Carapebus, duas grandes unidades produtoras de açúcar.



Em 1940 o cenário nacional da agro-indústria açucareira muda radicalmente com a entrada de empresas paulistas na fabricação de equipamentos para o setor (carregadeiras, moendas e caldeiras) e é nesse período que o Norte Fluminense perde para São Paulo a posição de segundo produtor nacional. Em 1967, a fixação pelo Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) de uma escala mínima de produção de 200 mil sacos de açúcar para cada uma das usinas brasileiras vai determinar a desativação de inúmeras delas no Estado do Rio, permanecendo apenas o espaço agrário ao redor da cidade de Campos como núcleo da produção açucareira fluminense. Das 27 usinas então existentes no estado, 13 são desativadas, denotando que os empresários fluminenses já não acompanhavam o ritmo de modernização do setor.<sup>1</sup>

Em 1973, a grande alta mundial dos preços do petróleo provoca uma reestruturação do setor sucroalcooleiro – que se traduziu na criação do Programa Nacional do Alcool (Proálcool) – e quando o parque industrial açucareiro do país é totalmente modernizado. Nesse processo, ocorre a passagem de boa parte das usinas campistas para empresários externos à região, mais interessados na aquisição de suas *cotas de produção* do que em suas instalações industriais, já ultrapassadas tecnologicamente. E, assim, de forma gradual, porém, inexorável, dá-se o deslocamento do Norte Fluminense como grande produtor do setor. Toda a região teria entrado em um

processo de involução e crise; não fora um inesperado acontecimento: a descoberta de petróleo na Bacia de Campos. Esse novo ciclo regional, agora baseado direta ou indiretamente na exploração petrolífera, abre perspectivas promissoras à região e a questão sobre sua “vocação regional” assume o centro dos debates.

A discussão sobre “vocação regional” é uma antiga questão para quem trabalha com o tema do desenvolvimento. Definir o que se compreende por “região” ou o sentido com que se está utilizando o termo não   tarefa simples e para alguns especialistas da área, trata-se de um dos conceitos mais pretensiosos da Ciência Regional e não caberia aqui aprofundar essa discussão. Contudo, algumas considerações são essenciais.<sup>2</sup>

A noção de região, tratada como instrumento da ação política,   inseparável da noção de regionalismo. Este, visto como o discurso que a representa, é um movimento de reivindicação de tratamento diferenciado a um determinado espaço territorial. É uma expressão de luta de poder no interior dos espaços regionais quanto ao direito sobre a representação externa da região nas diversas escalas de poder. O regionalismo constrói, reforça e atualiza uma identidade regional que mobiliza as mentes locais na identificação dos representantes da região e de seus “adversários” – os locais e os de fora.<sup>3</sup>

No caso em análise, até os anos 1970 o setor da agroindústria sucroalcooleira logra

implementar uma estratégia de ação regionalista pela qual monopoliza a representação dos interesses regionais. Jornais da época chegam mesmo a insinuar que os representantes da agroindústria açucareira, os usineiros, por sua hegemonia econômica e política centenária no município não viam com bons olhos a ida da Petrobras para Campos, pois tal fato aumentaria a concorrência pela mão-de-obra, diversificaria de forma indireta a economia e acabaria prejudicando a monocultura açucareira. Sendo assim, teriam interferido contra, usando todo o seu prestígio de produtores rurais, de defensores do Golpe de Estado de 64 e de membros da organização Tradição Família e Propriedade (TFP).

A notícia da descoberta de petróleo na plataforma continental marítima causou, no entanto, grande impacto na população e segundo *A Notícia*, de 01/12/74, “a cidade vive momentos de alegria e os cinqüenta mil trabalhadores rurais, desempregados pela entressafra do açúcar, espiam esperançosos, a movimentação da cidade e colhem atentos, a maioria usando rádio, o noticiário sobre o petróleo. Todos trazem grandes esperanças e quatrocentos mil campistas esperam ansiosos os resultados da descoberta petrolífera”.<sup>4</sup>

Com o início da produção de petróleo, em 1978, fica cada vez mais evidente que a base de operações de apoio às atividades de exploração e produção não seria em Campos, mas no município vizinho, Macaé, mais próximo 110 km do porto do Rio de Janeiro e dispo de um pequeno porto já em operação. A imprensa campista registra sua

indignação com essa escolha, mas em 1979 vem a confirmação de que os investimentos de apoio às operações na plataforma marítima (*offshore*) seriam mesmo em Macaé. E desse modo Campos dos Goytacazes perde a corrida do petróleo e quem vai viver a “revolução industrial” é o pacato balneário de Macaé.<sup>5</sup>

A grande ligação entre os campistas e o petróleo se dá por outro ângulo. Em inícios de 1980, a Petrobras começa a oferecer empregos nas plataformas, através de concursos. Naquela época, a Escola Técnica Federal de Campos (hoje, Cefet-Campos) já formava 400 técnicos por ano, e ser petroleiro passou a representar uma nova perspectiva para os jovens da região.

Em função dos fortes contrastes econômicos, sociais e culturais que essas mudanças ocasionaram, os rumos sobre o desenvolvimento regional tornam-se objeto de grande interesse nos fóruns de debates locais. Entretanto, o discurso regionalista, ao atribuir às *atividades industriais* a alavanca do desenvolvimento e da geração de emprego, leva o imaginário dos habitantes locais a alimentar ideários econômicos descolados da realidade. O mito de que as usinas campistas representam um patrimônio a ser preservado e que ainda retornarão a um lugar de destaque, assim como a crença de que a cidade terá maior presença nas atividades petrolíferas, prejudicam a definição de novos cenários econômicos para a cidade e a identificação dos setores que podem se transformar nas verdadeiras alavancas de seu desenvolvimento.



## 2. O ensino superior em Campos dos Goytacazes

Sob a influência da recente literatura que destaca as relações entre desenvolvimento regional, de um lado, e a presença de centros de ensino e de pesquisas e a oferta de mão-de-obra

qualificada, de outro, além do claro crescimento dos serviços de ensino superior na cidade, *a questão educacional*, notadamente o papel da educação universitária e a natureza dos cursos que devem ou deveriam ser implementados, vem ocupando um maior espaço nesses debates.

**Tabela 1**  
**Total de Estudantes por Período Segundo a Instituição de Ensino**  
**(Campos dos Goytacazes, 2005)**

Instituição	2002		2005	
	Absoluto	%	Absoluto	%
Centro Federal de Educação Tecnológica de Campos (Cefet)	1.560	9.0%	4.043	18.3%
Faculdade de Direito de Campos (FDC/Uniflu) <sup>(1)</sup>	2.300	13.3%	2.381	10.8%
Faculdade de Filosofia (Fafic/Uniflu)	1.506	8.7%	1.500	6.8%
Faculdade de Medicina de Campos (FMC)	496	2.9%	772	3.5%
Faculdade de Odontologia (Uniflu)	641	3.7%	603	2.7%
Faculdade de Tecnologia Norte Fluminense (Facultec)		0.0%	84	0.4%
Instituto Superior de Educação do Censa (ISE/Censa) <sup>(1)</sup>	216	1.2%	224	1.0%
Universidade Candido Mendes (Ucam)	1.737	10.0%	2.342	10.6%
Universidade Estácio de Sá (Unesa)	4.877	28.1%	4.763	21.6%
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (Uenf)	1.457	8.4%	2.708	12.3%
Universidade Federal Fluminense (UFF)	434	2.5%	468	2.1%
Universidade Salgado de Oliveira (Univero) <sup>(1)</sup>	2.103	12.1%	2.177	9.9%
<b>Total</b>	<b>17.327</b>	<b>100.0%</b>	<b>22.064</b>	<b>100.0%</b>
Taxa de crescimento médio entre 2002 e 2005	Todas as instituições		8,05%	
	Todas as instituições (exceto Cefet)		1,15%	
	Cefet		31,73%	

Fonte: Cruz (2004): dados de 2002; Firjan-Campos (2005): dados de 2005 (exceto Cefet); Cefet-Campos (2005): dados de 2005 (Cefet).

<sup>(1)</sup> Dados de 2005, estimados com base na taxa de crescimento exponencial entre os dois períodos.

Uma vez que a região é dotada de vastas reservas petrolíferas e de gás natural e que desempenha um papel-chave na matriz energética brasileira, tornou-se comum a suposição de que o ensino superior “deveria” ser reestruturado de modo a atender às demandas do setor petrolífero, privilegiando a implantação de cursos técnicos em engenharia do

petróleo; perfuração em águas profundas e outros semelhantes.

Os dados sobre a oferta de cursos superiores na cidade são parcamente disponíveis e os referentes à presença de estudantes de fora do município são inexistentes. Partindo da hipótese norteadora da pesquisa de que o setor universitário em Campos é hoje um dos pilares de seu



crescimento, tendo participação relevante na economia do município, foram levantados dados primários sobre o perfil dos estudantes não-residentes no município. Foram também utilizados os dados sobre a oferta de cursos (Tabela 1), com base em dados primários coletados pela Firjan-Seção Norte e dados originários de Vianna (2004). Baseados nessas informações foram então montados os indicadores, tendo como objetivo indicar o efetivo papel que o setor de ensino superior desempenha na economia local.

### **2.1. Procedimentos metodológicos da pesquisa de campo**

A coleta de dados dessa pesquisa foi realizada nas instituições de ensino superior do município de Campos dos Goytacazes por meio de um questionário contendo questões estruturadas. Uma vez que não havia listagens disponíveis dos estudantes, em cada instituição, foi adotado um processo de abordagem que se aproximasse o mais possível de uma seleção aleatória. Esse processo procurava evitar que a escolha da pessoa a ser entrevistada seguisse preferências e preconceitos dos entrevistadores, evitando-se vieses pessoais tais como a escolha de pessoas conhecidas, grupos de amigos, conterrâneos ou colegas. Para tal, foi adotado um sistema de escolha de modo a contornar esses fatores. Esse sistema exigia que o entrevistador se posicionasse em um local estratégico, próximo à entrada da instituição a ser pesquisada, devendo então contar as pessoas que passavam por ele e abordar a quinta pessoa.

No caso de recusa, reincidência ou de pessoas que não fossem alunos de cursos de graduação, a contagem era reiniciada. O entrevistador não deveria escolher o entrevistado por nenhum critério diferente desse, sob pena de enviesar as respostas.

Assim, para a definição do total de questionários a serem aplicados nas instituições utilizou-se uma proporção aproximada da população de cada uma delas. A amostra de 366 questionários foi estimada com base na proporção de estudantes residentes em outros municípios ou que residiam em Campos apenas para estudar (assumido como cerca de 30% dos 17.327 alunos em 2002, com base no Censo Demográfico 2000).<sup>6</sup> Dessa maneira, o processo de amostragem pressupõe que todos os elementos da população têm igual chance de seleção (uma chance em, aproximadamente, 47), ou seja, todos os elementos receberiam o mesmo peso de ponderação (~47) – uma *amostra autoponderada*.

Entretanto, o levantamento do total de alunos em cada instituição foi atualizado, em 2005, por pesquisa realizada pela Firjan-Seção Norte e, posteriormente, por estimativas de crescimento das escolas no período entre 2002 e 2005 (Tabela 1). Esses procedimentos encontraram valores para a distribuição dos alunos nas escolas, assim como o total de alunos em Campos, diferentes daqueles encontrados por Vianna (2004). Para contornar essa constatação, foram calculados novos pesos de ponderação diferentes entre as instituições, conforme apresentados na Tabela 2.



**Tabela 2**  
**Total de Estudantes na Amostra e na População, por Instituição**  
**(Campos dos Goytacazes, 2005)**

Instituição de ensino superior	Amostra		2005		
	Questionários	Peso	Total	%	Peso recalculado
Centro Federal de Educação Tecnológica de Campos (Cefet)	33	47.27	4.043	18.3%	122.52
Faculdade de Direito de Campos (FDC/Uniflu)	48	47.92	2.381	10.8%	49.60
Faculdade de Filosofia (Fafic/Uniflu)	32	47.06	1.500	6.8%	46.88
Faculdade de Medicina de Campos (FMC)	11	45.09	772	3.5%	70.18
Faculdade de Odontologia (FOC/Uniflu)	14	45.79	603	2.7%	43.07
Faculdade de Tecnologia Norte Fluminense (Facultec)	2	37.50	84	0.4%	42.00
Instituto Superior de Educação do Censa (ISE/Censa)	5	43.20	224	1.0%	44.80
Universidade Candido Mendes (Ucam)	36	48.25	2.342	10.6%	65.06
Universidade Estácio de Sá (Unesa)	101	48.29	4.762	21.6%	47.15
Universidade Estadual da Norte Fluminense Darcy Ribeiro (Uenf)	31	47.00	2.708	12.3%	87.35
Universidade Federal Fluminense (UFF)	28	15.50	468	2.1%	16.71
Universidade Salgado de Oliveira (Universo)	25	84.12	2.177	9.9%	87.08
<b>Total</b>	<b>366</b>	<b>47.55</b>	<b>22.064</b>	<b>100.0%</b>	<b>60.28</b>

Fonte: elaborado pelos autores com dados primários (2005).

## 2.2. Resultados

Alguns pontos relevantes, referentes ao levantamento de dados realizados neste trabalho, serão destacados nessa seção. Inicialmente, as tabelas 3 e 4 desagregam informações sobre o total de alunos e de vagas, por áreas do conhecimento, segundo as categorias administrativas das escolas – públicas ou privadas. O total de vagas por área de conhecimento baseia-se no Cadastro das Instituições de Ensino Superior (Cies) (Inep, 2006) e refere-se às vagas cadastradas, pelas instituições, e disponíveis por semestre. Já o total de alunos por área de

conhecimento foi estimado com base na pesquisa primária, realizada pelos autores. Registra-se que apenas cursos com autorização ministerial são contabilizados no Cies, e, dessa maneira, é possível que existam cursos com vagas cadastradas, mas sem representação na amostra da pesquisa primária, assim como é possível observar, na amostra primária, alunos em cursos não cadastrados no Cies. Cabe ainda ressaltar que os dados primários apresentados são valores médios, e que podem apresentar estimativas menores ou maiores das encontradas em outras fontes, dado o erro amostral inerente à pesquisa.



**Tabela 3**  
**Total de Estudantes e Total de Vagas Cadastradas, por**  
**Categoria Administrativa, Segundo Grande Área de Conhecimento**  
**(Campos dos Goytacazes, 2005)**

Grande Área do Conhecimento	Total de Alunos				Total de Vagas			
	Privada	Pública	Total	% Pub.	Privada	Pública	Total	% Pub.
(1) Ciências Exatas e da Terra	1.140	2.659	3.800	70%	708	190	898	21%
(2) Ciências Biológicas	174	752	926	81%	120	120	240	50%
(3) Engenharias	1.032	349	1.382	25%	908	183	1.091	17%
(4) Ciências da Saúde	4.577	0	4.577	0%	1.820	0	1.820	0%
(5) Ciências Agrárias	0	1.223	1.223	100%	0	196	196	100%
(6) Ciências Sociais Aplicadas	5.868	591	6.459	9%	2.595	30	2.625	1%
(7) Ciências Humanas	1.666	1.190	2.856	42%	1.411	110	1.521	7%
(8) Linguística, Letras e Artes	321	0	321	0%	680	0	680	0%
(9) Outros	65	455	520	87%	170	315	485	65%
<b>Total</b>	<b>14.845</b>	<b>7.219</b>	<b>22.064</b>	<b>33%</b>	<b>8.412</b>	<b>1.144</b>	<b>9.556</b>	<b>12%</b>
<b>Significância estatística</b>	<b>Df: 8</b>	<b>P-value &lt;0.001</b>			<b>Df: 8</b>	<b>P-value &lt;0.001</b>		

Fonte: Elaborado pelos autores com dados primários (2005).

Cadastro das Instituições de Ensino Superior (Inep, 2006).

Nota: erro amostral de 4,7%, com intervalo de confiança de 95% (dp = 1.96).

Pelos resultados apresentados na Tabela 3, observa-se que o total de vagas disponíveis nas escolas públicas corresponde a 12% do total de vagas do sistema de ensino superior da cidade, embora 33% do total de estudantes estivessem matriculados em universidades públicas em 2005. Na suposição de ocupação total das vagas disponíveis no sistema, seriam esperadas proporções similares. Sendo assim, os resultados corroboram com o observado no Brasil, onde a oferta de vagas nas escolas privadas de ensino superior raramente é preenchida em sua totalidade. E, por outro lado, a demanda por vagas nas escolas públicas geralmente está acima da oferta disponível.

Observando os dados com maior detalhe é notório que em Campos o ensino superior ainda se concentra nas áreas de conhecimento das

áreas de Ciências Sociais Aplicadas, das Ciências da Saúde e das Ciências Humanas. As Ciências Agrárias, que agrupam parte dos cursos mais associados à economia tradicional da região, somente são oferecidas na rede pública de ensino. Já os cursos de engenharia, mais diretamente associados à nova economia do petróleo, são oferecidos pela iniciativa privada, o que levaria a supor que o sistema privado de ensino tem seguido mais de perto a demanda por força de trabalho por este setor e a possível demanda imediata. A iniciativa privada ainda se destaca por oferecer a grande maioria dos cursos mais comuns, ou seja, aqueles das áreas das Ciências Sociais Aplicadas, das Ciências da Saúde e das Ciências Humanas.

A Tabela 4 desagrega ainda mais as informações por área de conhecimento.





**Tabela 4**  
**Total de Estudantes e Total de Vagas Cadastradas, por Categoria Administrativa,**  
**Segundo Área de Conhecimento**  
**(Campos dos Goytacazes, 2005)**

Área do Conhecimento	Total de Alunos				Total de Vagas			
	Privada	Pública	Total	% Pub.	Privada	Pública	Total	% Pub.
(1.01) Matemática	94	735	829	89%	200	70	270	26%
(1.03) Ciência da Computação	1.047	735	1.782	41%	508	60	568	11%
(1.05) Física	0	455	455	100%	0	30	30	100%
(1.06) Química	0	734	734	100%	0	30	30	100%
(2.01) Biologia Geral	174	752	926	81%	120	120	240	50%
(3.00) Engenharia <sup>(2)</sup>					160	0	160	0%
(3.01) Engenharia Civil	0	87	87	100%	0	30	30	100%
(3.03) Engenharia de Materiais e Metalúrgica	0	175	175		0	30	30	100%
(3.04) Engenharia Elétrica <sup>(2)</sup>					0	75	75	100%
(3.08) Engenharia de Produção	807	87	894	10%	520	28	548	5%
(3.11) Engenharia de Petróleo e Gás	225	0	225	0%	228	20	248	8%
(4.01) Medicina	772	0	772	0%	80	0	80	0%
(4.02) Odontologia	560	0	560	0%	120	0	120	0%
(4.03) Farmácia	141	0	141	0%	175	0	175	0%
(4.04) Enfermagem	921	0	921	0%	270	0	270	0%
(4.08) Fisioterapia e Terapia Ocupacional	1.214	0	1.214	0%	435	0	435	0%
(4.09) Educação Física	968	0	968	0%	740	0	740	0%
(5.01) Agronomia	0	786	786	100%	0	130	130	100%
(5.04) Zootecnia	0	175	175	100%	0	26	26	100%
(5.05) Medicina Veterinária	0	262	262	100%	0	40	40	100%
(6.01) Direito	4.087	0	4.087	0%	1.367	0	1.367	0%
(6.02) Administração	130	0	130	0%	648	0	648	0%
(6.03) Economia	65	0	65	0%	20	0	20	0%
(6.04) Arquitetura e Urbanismo	184	0	184	0%	240	0	240	0%
(6.07) Ciência da Informação	793	0	793	0%	170	0	170	0%
(6.09) Comunicação	609	123	732	17%	150	30	180	17%
(6.10) Serviço Social <sup>(1)</sup>	0	468	468	100%				
(7.01) Filosofia	47	0	47	0%	100	0	100	0%
(7.05) História	188	0	188	0%	87	0	87	0%
(7.06) Geografia	0	1.103	1.103	100%	120	80	200	40%
(7.07) Psicologia	707	0	707	0%	200	0	200	0%
(7.08) Educação	725	87	812	11%	904	30	934	3%
(8.02) Letras	321	0	321	0%	620	0	620	0%
(8.03) Artes <sup>(2)</sup>					60	0	60	0%
(9.08) Ciências Sociais	0	87	87	100%	0	30	30	100%
(9.10) Desenho de Moda <sup>(1)</sup>	65	0	65	0%				
(9.16) Engenharia Mecatrônica	0	368	368	100%	0	85	85	100%
(9.23) Secretariado Executivo <sup>(2)</sup>					60	0	60	0%
(9.24) Ciências Naturais <sup>(2)</sup>					0	200	200	100%
(9.25) Planejamento Ambiental <sup>(2)</sup>					50	0	50	0%
(9.26) Turismo <sup>(2)</sup>					60	0	60	0%
<b>Total</b>	<b>14.845</b>	<b>7.219</b>	<b>22.064</b>	<b>33%</b>	<b>8.412</b>	<b>1.144</b>	<b>9.556</b>	<b>12%</b>

Fonte: Elaborado pelos autores com dados primários (2005).

Cadastro das Instituições de Ensino Superior (Inep, 2006).

<sup>(1)</sup> Curso levantado não cadastrado como curso superior no Inep.

<sup>(2)</sup> Curso não amostrado na pesquisa de campo.

Erro amostral da pesquisa de campos: 4,7% com intervalo de confiança de 95% (dp = 1.96).



Dentre os cursos com maior número de alunos, destaca-se a área de Direito, com cerca de 4.000 alunos, seguido pela de Ciência da Computação e a de Fisioterapia, sendo que a grande maioria dos alunos estuda em escolas privadas. Embora a área de Direito seja aquela com maior número de vagas, elas se distribuem nas escolas em um padrão distinto da distribuição dos alunos. As áreas de Educação, Letras e Administração ainda disponibilizam um grande número de vagas.

A identificação da origem dos indivíduos que cursam escolas de nível superior em Campos é apresentada na Tabela 5, a seguir. Esses números demonstram que aproximadamente 38% dos estudantes de Campos são originários de outras cidades, considerando os imigrantes de Campos (cerca de 3.900 imigrantes) e aqueles que se deslocam para a cidade regularmente (migração pendular com aproximadamente 4.500 indivíduos). Esse valor é próximo ao encontrado, para o ano 2000, pelo Censo Demográfico que contabilizou

28% de estudantes migrantes em Campos, dentre a migração pendular e a definitiva (ver Tabela 9). A elevada participação de estudantes não-residentes em Campos é um forte indicador do poder de polarização do município em relação à região.

O financiamento do transporte de alunos, subsidiado por grande parte das prefeituras próximas à cidade de Campos, pode ser constatado pela Tabela 6, que demonstra que aproximadamente 75% dos estudantes, que efetuam a migração pendular, usam transporte das prefeituras para esse traslado. O total de alunos migrantes e bolsistas (próximo a 30%) é também expressivo. Essas constatações estão associadas aos recursos financeiros dos *royalties*, recebidos por grande parte das cidades próximas a Campos, e que são utilizados para financiar os custos da logística e dos cursos de ensino superior dos habitantes desses municípios.

**Tabela 5**  
**Total de Estudantes, Local de Residência**  
**e Motivo Sugerido para a Residência**  
**(Campos dos Goytazazes, 2005)**

<b>Local de Residência e Motivo</b>	<b>Absoluto</b>	<b>%</b>
<b>Estudantes imigrantes</b>	<b>8.464</b>	<b>38.4%</b>
Não reside em Campos (migração pendular)	4.503	20.4%
Reside em Campos para estudar	3.961	18.0%
<b>Tem residência fixa em Campos</b>	<b>13.600</b>	<b>61.6%</b>
<b>Total</b>	<b>22.064</b>	<b>100.0%</b>

Fonte: Elaborado pelos autores com dados primários.

Nota: erro amostral da pesquisa de campo: 4,7%, com intervalo de confiança de 95% (dp= 1.96).





**Tabela 6**  
**Total de Estudantes, Segundo Fonte de Financiamento do Curso**  
**e do Transporte até as Escolas de Ensino Superior**  
**(Campos dos Goytacazes, 2005)**

<b>Financiamento do curso</b>		
	<b>Absoluto</b>	<b>%</b>
Bolsa integral	253	3.0%
Bolsa parcial	2.106	24.9%
Faculdade pública	2.859	33.8%
Sem subsídio	3.245	38.3%
	<b>8.464</b>	<b>100.0%</b>
<b>Financiamento do transporte</b>		
	<b>Absoluto</b>	<b>%</b>
Sem subsídio	1.100	24.4%
Subsídio parcial da prefeitura	189	4.2%
Subsídio total da prefeitura	3.214	71.4%
<b>Total</b>	<b>4.503</b>	<b>100.0%</b>

Fonte: Elaborado pelos autores com dados primários.

Nota: erro amostral da pesquisa de campo: 4,7%, com intervalo de confiança de 95% (dp = 1.96).

Os alunos migrantes ainda são responsáveis pela utilização de serviços na cidade de Campos, como pode ser observado na Tabela 7, corroborando com a hipótese de que a educação superior tem um efeito multiplicador na economia campista.

**Tabela 7**  
**Estudantes Imigrantes, por Utilização ou não de Serviços Locais**  
**Segundo Tipo do Serviço**  
**(Campos dos Goytacazes, 2005)**

<b>Utiliza os serviços</b>	<b>Médicos</b>		<b>Odontologia</b>		<b>Academias</b>	
	<b>Absoluto</b>	<b>%</b>	<b>Absoluto</b>	<b>%</b>	<b>Absoluto</b>	<b>%</b>
Não utiliza	4.625	54.6%	5.796	68.5%	6.940	82.0%
Utiliza	3.839	45.4%	2.668	31.5%	1.524	18.0%
<b>Total</b>	<b>8.464</b>	<b>100.0%</b>	<b>8.464</b>	<b>100.0%</b>	<b>8.464</b>	<b>100.0%</b>

Fonte: Elaborado pelos autores com dados primários.

Nota: erro amostral de 4,7%, com intervalo de confiança de 95% (dp = 1.96)

### 2.3. Quociente locacional e outros indicadores

Para medir a *especialização* de uma dada economia existem vários indicadores, sendo o Quociente Locacional (QL) um dos mais tradicionais na literatura da Economia Regional. Esse indicador compara duas estruturas setoriais e espaciais sendo expresso pela fórmula 1, que representa no numerador a economia em estudo e no denominador uma economia de referência. Para se aquilatar a real posição de Campos no cenário nacional, foram selecionados 21 municípios brasileiros de porte médio, com população entre 240.000 e 550.000 habitantes, que não fossem capitais e que não fizessem parte de regiões metropolitanas. São então estes 21 municípios que constituem a *região de referência* adotada, o que permitirá comparar

os QLs de municípios de porte populacional similar. Quando o QL for maior que uma unidade, o município é mais especializado que os demais; quando menor que uma unidade, indica ser menos especializado.

Os resultados para os QLs apresentados na tabela 8 foram estimados com base no total de trabalhadores ocupados e no total de trabalhadores atuando como professores de ensino superior, pelo Censo Demográfico 2000. O resultado encontrado para Campos dos Goytacazes (0,823) indica que esse município *não é mais especializado* que outros de mesmo porte populacional. Dessa maneira, mesmo que Campos possa ser um pólo educacional na região do Norte Fluminense, não se revela diferente de outros municípios similares.

$QL_i = \frac{\sum_j L_i^j}{\sum_i \frac{L_i^j}{\sum_j L_i^j}}$		<b>(1)</b>
<b>Considerando que:</b>		
$L_i^j$	Força de trabalho no setor <i>j</i> da economia (no caso o setor educacional), na região de estudo <i>i</i> (um dos 21 municípios).	
$\frac{L_i^j}{\sum_j L_i^j}$	Proporção de trabalhadores, no setor <i>j</i> da economia (no caso o setor educacional), na região de estudo <i>i</i> (um dos 21 municípios).	
$\sum_i L_i^j$	Força de trabalho, no setor <i>j</i> da economia (no caso o setor educacional), na região de referência. Ou seja, total de trabalhadores no setor educacional.	
$\frac{\sum_i L_i^j}{\sum_j L_i^j}$	Proporção de trabalhadores, no setor <i>j</i> da economia (no caso o setor educacional), na região de referência.	



**Tabela 8**  
**População Total, População Ocupada, Total de Professores de Ensino Superior**  
**e Quociente Locacional do Setor Educacional**  
**(por Municípios, 2005)**

Município	População		Prof. de Ensino Superior				QL do Setor Educacional
	Total	Ocupada	Residência no Município	Migração Pendular			
			Abs.	Abs.	Abs.		
Campina Grande (PB)	355.331	5.3%	111.825	795	64	7.5%	<b>1.920</b>
Caruaru (PE)	253.634	3.8%	92.049	56	0	0.0%	0.163
Feira de Santana (BA)	480.950	7.2%	170.616	214	20	8.5%	0.339
Vitória da Conquista (BA)	262.493	3.9%	93.806	199	11	5.1%	0.572
Governador Valadares (MG)	247.132	3.7%	91.416	172	14	7.3%	0.509
Juiz de Fora (MG)	456.796	6.8%	175.052	810	50	5.8%	<b>1.251</b>
Montes Claros (MG)	306.947	4.6%	109.051	274	28	9.3%	0.679
Uberlândia (MG)	501.213	7.5%	212.614	1.046	219	17.3%	<b>1.329</b>
Campos dos Goytacazes (RJ)	407.168	6.1%	145.561	444	34	7.0%	0.823
Petrópolis (RJ)	286.538	4.3%	116.347	149	34	18.4%	0.345
Volta Redonda (RJ)	242.064	3.6%	85.079	171	20	10.3%	0.544
Bauru (SP)	316.064	4.7%	127.988	616	91	12.9%	<b>1.300</b>
Franca (SP)	287.737	4.3%	132.332	231	147	38.9%	0.472
Limeira (SP)	249.046	3.7%	99.642	185	0	0.0%	0.501
Piracicaba (SP)	329.158	4.9%	133.906	894	166	15.6%	<b>1.804</b>
Cascavel (PR)	245.368	3.7%	99.637	260	11	4.2%	0.704
Ponta Grossa (RS)	273.616	4.1%	96.437	490	39	7.3%	<b>1.373</b>
Caxias do Sul (RS)	360.418	5.4%	164.376	374	17	4.3%	0.615
Pelotas (RS)	323.158	4.8%	115.037	897	68	7.0%	<b>2.107</b>
Santa Maria (RS)	243.612	3.6%	92.521	1.194	231	16.2%	<b>3.486</b>
Anápolis (GO)	288.085	4.3%	110.072	62	0	0.0%	0.152
<b>Total</b>	<b>6.716.528</b>	<b>100%</b>	<b>2.575.364</b>	<b>9.533</b>	<b>1.262</b>	<b>11.7%</b>	<b>1.000</b>

Fonte: Microdados do Censo Demográfico 2000 (IBGE, 2003).

Um outro indicador foi calculado para comparar o percentual de alunos que vêm estudar no município. Para essa estimativa optou-se por comparar a proporção de estudantes, que residem em outros municípios que não os 21 selecionados, mas que a eles se dirigem para estudar (migração pendular); e aqueles estudantes de ensino superior que residiam em um dos municípios

selecionados e que declaram residir em outro município cinco anos antes da data do censo. O indicador calculado, aqui denominado Quociente de Polarização Educacional (QPE—fórmula 2), é análogo ao QL, embora não possa receber a mesma denominação por não se tratar de um indicador econômico. O resultado dessa medida encontra-se na Tabela 9.



$QL_i = \frac{P_i + E_i}{\sum_j P_i + E_i} \Bigg/ \frac{\sum_i P_i + E_i}{\sum_j P_i + E_i}$		(2)
<b>Considerando que:</b>		
$P_i$	Estudantes do ensino superior que não residem, mas estudam na região de estudo $i$ (um dos 21 municípios) – migração pendular.	
$E_i$	Estudantes do ensino superior que residem, na data do censo, na região de estudo $i$ (um dos 21 municípios), mas não residiam cinco anos antes – migração definitiva.	

**Tabela 9**  
**População Total, Total de Estudantes, Total de Estudantes Migrantes e QPE**  
**(por Municípios, 2005)**

Município	População Total		Estudantes de Ensino Superior					Q 2
			Total	Residência no Município	Migrantes			
	Abs.	%			Pendulares	Imigrantes	%	
Campina Grande	355.331	5.3%	11.668	8.047	2.613	1.008	31,0%	<b>1,099</b>
Caruaru	253.634	3.8%	3.078	2.262	459	358	26,5%	0,940
Feira de Santana	480.950	7.2%	7.679	5.391	1.389	899	29,8%	<b>1,055</b>
Vitória da Conquista	262.493	3.9%	3.826	2.876	432	519	24,8%	0,880
Governador Valadares	247.132	3.7%	6.549	4.602	1.304	643	29,7%	<b>1,053</b>
Juiz de Fora	456.796	6.8%	17.350	13.009	3.106	1.235	25,0%	0,886
Montes Claros	306.947	4.6%	6.676	5.352	616	708	19,8%	0,703
Uberlândia	501.213	7.5%	22.236	16.205	4.478	1.553	27,1%	0,961
Campos dos Goytacazes	407.168	6.1%	10.426	7.675	2.158	593	26,4%	0,935
Petrópolis	286.538	4.3%	7.836	5.840	1.335	661	25,5%	0,902
Volta Redonda	242.064	3.6%	8.623	6.179	1.782	662	28,3%	<b>1,004</b>
Bauru	316.064	4.7%	16.745	10.309	5.211	1.225	38,4%	<b>1,362</b>
Franca	287.737	4.3%	11.670	6.309	4.744	618	45,9%	<b>1,627</b>
Limeira	249.046	3.7%	5.156	4.585	350	222	11,1%	0,392
Piracicaba	329.158	4.9%	12.744	7.834	4.091	820	38,5%	<b>1,365</b>
Cascavel	245.368	3.7%	9.821	7.404	1.264	1.153	24,6%	0,872
Ponta Grossa	273.616	4.1%	8.949	6.698	1.554	697	25,2%	0,891
Caxias do Sul	360.418	5.4%	16.769	14.813	1.165	790	11,7%	0,413
Pelotas	323.158	4.8%	13.051	9.609	2.248	1.193	26,4%	0,934
Santa Maria	243.612	3.6%	15.699	9.979	4.130	1.590	36,4%	<b>1,291</b>
Anápolis	288.085	4.3%	7.216	5.622	855	740	22,1%	0,783
<b>Total</b>	<b>6.716.528</b>	<b>100,0%</b>	<b>223.768</b>	<b>160.599</b>	<b>45.281</b>	<b>17.888</b>	<b>28,2%</b>	<b>1,287</b>

Fonte: Microdados do Censo Demográfico 2000 (IBGE, 2003).



Esse indicador apresentou diferenças entre os municípios, mas o objetivo do trabalho não é comparar os municípios, mas sim identificar a especialização. Entretanto, é importante notar que Campos, também no QPE, não se destaca frente aos demais municípios de porte populacional similar ao dele como um pólo regional diferente dos demais. Tanto o valor do QL quanto do QPE em Campos são próximos a uma

unidade, o que indicaria que na educação não há uma especialização diferenciada a de outros municípios de igual porte.

Embora o texto tenha tratado do ensino superior, os dados da Tabela 10 indicam que o setor educacional, na sua totalidade, é o terceiro maior quanto à geração de emprego e quanto à massa salarial gerada no município.

**Tabela 10**  
**População Ocupada e Massa Salarial, Segundo Setor de Atividade**  
**(Campos dos Goytacazes, 2005)**

Setor de Atividade	População Ocupada	Massa Salarial em Salários Mínimos			
		Total	%	Média	Desvio Padrão
Agricultura, Pecuária e Pesca	6.960	16.300	3,25%	2,34	24,11
Cultivo de Cana-de-Açúcar	4.316	11.077	2,21%	2,57	31,11
Indústrias Extrativas	356	1.528	0,30%	4,29	25,38
Extração de Petróleo e Gás Natural e Serviços Relacionados	1.945	17.033	3,39%	8,76	25,81
Indústria de Transformação	17.343	56.116	11,18%	3,24	36,53
Construção Civil	12.206	33.682	6,71%	2,76	11,13
Comércio, Alojamento e Alimentação	36.022	123.553	24,61%	3,43	24,22
Serviços Distributivos	7.313	28.316	5,64%	3,87	13,09
Serviços em Geral	13.126	82.037	16,34%	6,25	28,55
Educação	13.381	59.802	11,91%	4,47	14,24
Saúde e Serviços Sociais	5.939	33.375	6,65%	5,62	25,80
Outros Serviços Coletivos, Sociais e Pessoais	5.309	17.616	3,51%	3,32	14,46
Serviços Domésticos	16.914	21.593	4,30%	1,28	3,40
<b>Todos os Setores de Atividade</b>		<b>502.028</b>	<b>100,00%</b>	<b>3,56</b>	<b>23,55</b>

Fonte: Microdados do Censo Demográfico 2000 (IBGE, 2003).

Finalizando, é certo que a riqueza dos dados apresentados permite leituras diferenciadas. No entanto, observa-se que o ensino superior ainda está concentrado nas áreas de conhecimento de Ciências Sociais Aplicadas,

Ciências da Saúde e das Ciências Humanas. Ademais, a elevada participação de estudantes não-residentes em Campos é um forte indicador do poder de polarização do município em relação à região.



### 3. Educação e desenvolvimento: uma questão polêmica

Na atualidade o petróleo se constitui na mola propulsora do desenvolvimento regional. Trata-se, contudo, de uma riqueza finita, de poucos efeitos multiplicadores locais, posto constituir uma atividade altamente globalizada.

Se tomarmos como referência a estrutura produtiva dos municípios que compõem a região, tendo como indicador a ocupação da mão-de-obra local segundo os diferentes setores de atividade, pode-se afirmar que, com a exceção de Macaé, os demais não são produtores de petróleo, pois o emprego no setor é inexistente. Contudo, a legislação brasileira, para fins de pagamento de *royalties* e de *participações especiais* oriundos do petróleo, define como “produtor” todo município confrontante com poços em operação na plataforma marítima continental.

*Royalty* é um tipo de imposto cobrado em produções relativas a *recursos finitos* e tem um sentido *compensatório*, que visa cobrir não apenas os impactos negativos da atividade no presente, mas também preparar novas alternativas para o futuro, de modo a promover justiça intergeracional. Portanto, a distribuição dos *royalties* obedece a uma legislação definida para esse fim, não é um *direito divino*.<sup>7</sup>

Caso se aceite a proposição de que os municípios do Norte Fluminense não são produtores de petróleo, mas apenas *petro-rentistas*, as diretrizes para o ensino regional se alterariam profundamente. Seria aceitável, por exemplo,

alocar elevados recursos na formação de mão-de-obra a ser empregada em um setor que é dominado por grandes empresas transnacionais que se orgulham de não ter pátria, na medida em que estão e estarão em qualquer lugar do mundo onde exista petróleo? O que justificaria destinar recursos do Estado à formação de engenheiros especializados em perfuração, prospecção ou outras especialidades do setor e “cedê-los” gratuitamente para as grandes empresas, enquanto a região registra um dos mais elevados índices de trabalho infantil, principalmente nos canais que ainda existem e resistem?

Se os argumentos anteriores são válidos, seria um engano estruturar o ensino local para servir ao setor petrolífero. Essa seria uma visão exclusivamente de curto-prazo, sendo mais adequado, talvez, preparar as gerações de universitários para serem capazes de conhecer a região em que vivem, em seus múltiplos aspectos: suas demais reservas naturais, seus recursos turísticos, a qualidade de suas terras, onde, nestas sim, é possível extrair várias safras. Enfim, para o domínio de saberes diversificados, pois a universidade exerce um papel estratégico como *agente de mudanças*.

Preparar o estudante para conhecer a região em que vive não é formá-lo com uma visão regionalista curta e ideologizada, mas torná-lo apto a reconhecer que muito do que vem de fora não é “contra” a região, mesmo porque referir-se à região sem dissecá-la socialmente é escamotear seus conflitos internos. Afinal, a rica “região dos usineiros” era injusta socialmente, e suas seqüelas





ainda são sentidas nos elevados índices de pobreza e analfabetismo da população acima de 40 anos. O petróleo também não é necessariamente garantia de melhores dias para a região, pois constitui um setor cujas empresas organizam o espaço de modo seletivo e voltado para fora.

Cabe por último registrar que a definição brasileira de município produtor de petróleo introduziu um elemento diferenciador entre os municípios da região Norte Fluminense, antes delimitada em função da produção açucareira.

O dinheiro dos royalties, recebido de modo significativo apenas pelos municípios litorâneos, vem redefinindo as alianças locais dando origem a um novo recorte regional que se organiza em torno da Organização dos Municípios Produtores de Petróleo e Gás e Limítrofes da Zona de Produção Principal da Bacia de Campos (Ompetro).<sup>8</sup> Portanto, ainda que se aceitasse como válida a busca da identificação da “vocação regional”, esta seria indeterminada e mutante.

## Referências Bibliográficas

- AZEVEDO, Hamilton Jorge de. Uma análise da cadeia produtiva da cana-de-açúcar na Região Norte Fluminense. *Boletim Técnico*, n.6. Campos dos Goytacazes: Consórcio Universitário de Pesquisa da Região Norte Fluminense, 2002 [mimeo].
- CRESPO, Nelson. E. Campos dos Goytacazes perde a corrida do petróleo. In: PIQUET, Rosélia (Org.). *Petróleo, royalties e região*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003, p.239-256.
- IBGE. *Microdados da amostra domiciliar do Censo Demográfico 2000*. Rio de Janeiro: FIBGE, 2003.
- INEP – Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais. Cadastro das Institui es de Ensino Superior. Inep: Brasília. Disponível em: <<http://www.educacaosuperior.inep.gov.br>>. Acesso em: 27 março 2006.
- LEAL, José Agostinho; SERRA, Rodrigo Valente. Notas sobre os fundamentos da distribui o espacial dos royalties petrolíferos no Brasil. In: *Anais do Encontro Nacional da Pós-Gradua o em Economia*, Nova Friburgo, nov. de 2002.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(li)gi o*: Sudene, Nordeste, planejamento e conflito de classes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- SERRA, Rodrigo Valente. Desdobramentos espaciais da distribui o dos “royalties” petrolíferos no Brasil: subsídios para o aperfei amento da política nacional de petróleo e gás natural. In: *Anais do II Encontro Brasileiro de Estudos Regionais*. São Paulo, out. 2002.
- VIANNA, José Luiz de. *Projetos nacionais, elites locais e regionalismo*: desenvolvimento e din mica territorial no Norte Fluminense nas décadas de 1970 a 2000. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2003.



---

**Abstract** – *The goal of this article is to discuss the significance of the university educational services at Campo dos Goytacazes, as well as to observe their interactions with several sectors of the economy. Two unpublished pieces of primary research and secondary data sources comprise the empirical basis of this study. Although their economic value has hardly been noticed, educational services have increased the social prestige of the city, one of the biggest university level educational poles outside the state capital. The petroleum resources brought into the Norte Fluminense economy as royalties have surely created an impact on the financing of educational services and of other sectors of the economy. However, the specificities of this new economic activity suggest a constant attention to middle and long term planning in the cities of the region.*

**Keywords:** *education; petroleum; educational pole; Campo dos Goytacaze; Rio de Janeiro.*

**Resumen** – *El objeto de este artículo es plantear la significación de los servicios educacionales de universitarios en la ciudad de Campos dos Goytacazes en sus interacciones con sectores de la economía. Se consideran cómo bases empíricas de este estudio dos investigaciones primarias inéditas y las fuentes de datos secundarias. Los servicios educacionales han otorgado prestigio social a la ciudad, aunque su papel económico haya sido escasamente percibido y analizado, en que pese el municipio sea el principal eje de educación universitaria del interior del Estado de Río de Janeiro. Es cierto que los recursos del petróleo, añadidos a la economía del Norte del Estado de Río de Janeiro como royalties, afectan a la financiación de servicios educacionales y de otros sectores de la economía. Sin embargo, las especificidades de esa nueva actividad económica sugieren la constante atención a la planificación de mediano y largo plazos en las ciudades de la región.*

**Palabras-clave:** *educación; petróleo; centro educacional; Campos dos Goytacazes; Norte del Estado de Río de Janeiro; Río de Janeiro.*

---



## Notas

- <sup>1</sup> Hamilton Azevedo (2002) apresenta uma análise sobre as razões da crise no Norte Fluminense e fornece a relação de usinas que encerraram atividades no período. Ao longo da década de 1990, o apoio estatal ao setor se extingue e não há mais nenhuma restrição à produção de açúcar e álcool no país.
- <sup>2</sup> Francisco de Oliveira (1977) analisa de modo contundente o caso nordestino. O livro, desde então, tornou-se um clássico da literatura regional brasileira, adotado em praticamente todos os cursos sobre o tema e citado por “nove entre dez” textos sobre o assunto.
- <sup>3</sup> José Luis Vianna (2003) apresenta uma excelente síntese sobre os conceitos de região e regionalismo, base de sua análise sobre o Norte Fluminense.
- <sup>4</sup> Nelson Crespo desenvolve uma acurada análise sobre as relações entre o ensino técnico e o contexto do Norte Fluminense em: “Educação técnica e região: um estudo do Cefet-Campos”. Dissertação de Mestrado. Campos dos Goytacazes: UCAM, 2003.
- <sup>5</sup> Crespo (2003) discorre sobre esse ponto com acuidade e humor.
- <sup>6</sup> A fórmula utilizado na estimativa da amostra foi  $n = \frac{\sigma^2 p * q * N}{(N-1)e^2 + \sigma^2 p * q}$  ; considerando que:
  - n tamanho da amostra
  - N estimativa do tamanho da população a ser amostrada (18.000)
  - p probabilidade de indivíduo amostrado residir em Campos (0,70)
  - q probabilidade de indivíduo amostrado não residir em Campos (0,30)
  - $\sigma^2$  variância da população (1,96<sup>2</sup>)
  - e erro amostral (4,7%) e desvio padrão de 1,96 (95%)
- <sup>7</sup> Há um baixo grau de conhecimento pela população local sobre a importância da adequada aplicação desse imposto como uma questão central não apenas em suas vidas, mas também na de seus descendentes. Esse aspecto é desenvolvido por Agostinho Leal e Rodrigo Serra em: “Uma investigação sobre os critérios de repartição dos royalties petrolíferos”, *in*: Piquet, 2003.
- <sup>8</sup> A Ompetro teve seu ato de criação formalizado em 26/01/2001, com sede e foro no Município de Campos dos Goytacazes, local de sua fundação e instalação. São seus sócios os municípios produtores de petróleo e gás da Bacia de Campos (definidos pelas Leis 7.990/89 e 9.478/97), bem como os municípios limítrofes da zona de produção principal da mesma bacia. Tem como um de seus objetivos a defesa desses e de tantos outros que venham a se tornar produtores de petróleo e gás na plataforma continental fluminense, e a renda da organização é oriunda das contribuições dos municípios nela representados. Não fazem parte da Ompetro os municípios não-litorâneos da região Norte Fluminense: Cardoso de Moreira, Conceição de Macabu e São Fidélis.



